

DOCUMENTO DO COMITÉ CENTRAL DO PCP

A SITUAÇÃO POLÍTICA E TAREFAS IMEDIATAS

APÓS OS ACONTECIMENTOS MILITARES DO MÊS DE NOVEMBRO

O Comité Central do Partido Comunista Português realizou uma reunião plenária no dia 13 de Dezembro, no Centro de Trabalho de Alhandra.

O Comité Central examinou os acontecimentos militares de Novembro e as suas repercussões na situação política. Definiu a posição do PCP em relação ao MFA, às Forças Armadas e ao VI Governo Provisório. Apreciou os problemas políticos e económicos mais imediatos e os objectivos da luta popular que lhes correspondem. Saliou o perigo fascista e a necessidade imperiosa de unir as forças militares, democráticas e populares para defender as liberdades e as outras conquistas da revolução, designadamente as nacionalizações e a reforma agrária. Confirmou, como perspectiva da revolução portuguesa, a construção de um regime democrático a caminho do socialismo.

O Comité Central examinou as formas de organização e de luta do movimento operário e popular traçando a orientação correspondente.

Foram finalmente examinados problemas da vida interna e da actividade do Partido, sendo definidas linhas de acção para o trabalho de direcção, a política de quadros, o trabalho de organização, a informação e propaganda, o trabalho ideológico e a política financeira.

A reunião do Comité Central confirmou que, na complexa conjuntura actual e apesar da situação antidemocrática existente em vastas zonas do país, o PCP continua em expansão e todas as organizações e militantes, à frente da classe operária e das massas populares, desenvolvem uma intensa actividade no cumprimento das tarefas que lhes são atribuídas pelo Partido.

Texto integral do documento nas págs. 3, 4, 5, 6 e 7

AS TAREFAS DOS COMUNISTAS SÃO TAREFAS DE TODO O POVO

Informação verdadeira e esclarecimento fecundo devem nortear toda a actividade dos trabalhadores. Na defesa desse objectivo, contra a desinformação e a intoxicação das consciências, ergue-se como sempre o nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores

No último sábado, dia 13, o Comité Central do nosso Partido reuniu, em sessão plenária, tendo emitido um documento de grande valor programático, a partir da análise dos acontecimentos militares de Novembro e das suas repercussões na situação política.

Estudar, debater e aplicar na prática esse documento, que publicamos na íntegra neste número do «Avante!», é tarefa obrigatória para todos os militantes do nosso Partido. É dever de todos os membros do PCP que, segundo a letra e o espírito dos Estatutos, devem «elevar o seu nível político e ideológico através do estudo vivo do marxismo-leninismo e da linha política e da experiência do Partido».

Se soubermos trabalhar, muitos daqueles que envenenados e enganados hoje olham os comunistas com desconfiança, virão a apoiar o Partido, e mesmo a filiar-se no Partido, quando puderem ter uma informação verdadeira e um claro esclarecimento, disse o nosso camarada Alvaro Cunhal no último Comício no Campo Pequeno, ao considerar o reforço do Partido como uma das tarefas essenciais da hora presente.

Mas para que esse reforço do Partido tenha o reflexo que deve ter, a expansão que lhe compete, a influência que lhe é devida no reforço de todo o movimento operário, popular, democrático e progressista necessário é não só contrapor a informação e a análise exacta à desinformação e intoxicação das consciências como ainda melhorar o funcionamento de todos os organismos do Partido, adoptando formas de trabalho que tenham em conta a diferença da situ-

ação nas várias regiões, levando o Partido a todas as empresas e aldeias onde ainda não esteja organizado, recrutando para o Partido milhares de homens e mulheres, cuja vontade combativa se revele precisamente nestes difíceis momentos da nossa revolução.

A luta para evitar que Portugal regresse ao fascismo, as energias que continuaremos a consagrar a essa luta dependem de um conhecimento perfeito da linha do nosso Partido, sem o qual não se pode construir um regime democrático. A violenta campanha anticomunista e de intoxicação da opinião pública, para a desorientar cada vez mais e levá-la a submeter-se a um regime de terror, teremos de opor tenazmente um trabalho intenso de informação e propaganda, cujos principais objectivos são esclarecer as massas, ganhá-las para a política do Partido e mobilizá-las para a luta, tomando posição sobre os problemas concretos que as afectam.

Esse trabalho obriga os nossos militantes, todos eles, sejam quais forem as suas responsabilidades, a conhecer, a discutir, e a aplicar na prática de todos os dias a linha política do nosso Partido, a sua definição das tarefas da hora presente e a maneira correcta de as levar a bom termo com empenho e eficácia.

E essa luta tem de ser travada numa situação em que forças da direita, passando à ofensiva contra os meios de comunicação social, procuram controlar e monopolizar os grandes órgãos de informação, pelo que se torna mais imperioso do que nunca o combate pela liberdade de expressão

do pensamento e contra a monopolização por certos partidos dos grandes meios de comunicação social do Estado.

Na sua reunião plenária do dia 13, o Comité Central examinou «os problemas da vida interna e da actividade do Partido, sendo definidas linhas de acção para o trabalho de direcção, a política de quadros, o trabalho de organização, a informação e propaganda, o trabalho ideológico e a política financeira».

A reunião do Comité Central confirmou que, na complexa conjuntura actual, e, apesar da situação antidemocrática existente em vastas zonas do País, o PCP continua em expansão e todas as organizações e militantes, à frente da classe operária e das massas populares, desenvolvem uma intensa actividade no cumprimento das tarefas que lhes são atribuídas pelo Partido.

Mas a situação que vivemos exige de nós muito mais. Depois dos últimos acontecimentos, derrotada e reprimida a esquerda militar, desaparecidas forças que constituíam uma barreira ao avanço da reacção, maior importância ganhou ainda na revolução portuguesa o movimento operário e popular, em cuja vanguarda se encontra o Partido Comunista Português. É a essa importância crescente que o nosso Partido, todos os nossos militantes têm de corresponder através da sua actividade diária, nas oficinas, nas fábricas, nos campos, nos escritórios, em todos os locais onde se trabalha, onde se vive, onde se defende a revolução.

Homens, mulheres e jovens cujos interesses são os interesses nacionais, cujos interesses não passam pela

exploração de ninguém; portugueses e portuguesas para quem a defesa das conquistas democráticas envolve a educação e a saúde dos filhos, a aquisição dos bens pessoais indispensáveis a uma vida digna, um futuro sem dramas, um repouso merecido depois de uma vida de trabalho, são parte integrante do movimento operário e popular. São a força decisiva na consolidação das liberdades, na defesa do processo revolucionário, na criação da sociedade democrática rumo ao socialismo.

A classe operária tem a sua missão histórica, que cumprirá também em Portugal. Mas essa vanguarda do movimento popular não progride deixando pelo caminho as outras forças progressistas cuja aliança procura e sem a qual não consegue levar a bom termo a sua luta contra o capital e contra todas as formas de exploração. A classe operária, o proletariado, tem no seu seio a organização e os meios mais eficazes para encabeçar essa luta. Mas precisa de alargar constantemente a sua influência junto dos seus aliados, junto do proletariado rural, dos pequenos e médios camponeses, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, dos intelectuais, dos estudantes, de todos os assalariados.

Pela força da sua implantação nas massas trabalhadoras, pela sua capacidade de unir as forças antifascistas, pelo seu papel de vanguarda na luta de todas as forças populares, o Partido Comunista Português está em condições de encabeçar não apenas as lutas da classe operária, mas as de todo o movimento operário e popular. E isso porque o nosso Partido não é uma formação que se distancie das massas,

que se afaste delas e seja obrigado a parar para ver se elas o seguem. Não. Criação da classe operária e das massas populares, o Partido está onde estão as massas. Está onde estão os operários, os camponeses, todos os trabalhadores.

Por isso é imprescindível conhecer e aplicar a linha do Partido Comunista Português por parte de todos a quem incumbe a alta tarefa de unir, de congregar à volta do Partido todas as forças que se opõem aos grandes responsáveis pelo fascismo, aos exploradores dos monopólios e do latifúndio, todos os que se opõem à exploração do homem pelo capital.

Sabemos como foi forte a dose de veneno antidemocrático que o fascismo lançou entre as massas durante cinquenta anos. Sabemos como é difícil arrancar as raízes do obscurantismo, da ignorância e da miséria que os herdeiros do fascismo pretendem pôr ao seu serviço, mudando apenas a etiqueta do regime. Conhecemos o grau de subdesenvolvimento que sufoca as nossas aldeias, que tira aos camponeses a capacidade, a possibilidade, de intervir na defesa dos seus interesses reais e verdadeiros. Temos todos os dias a prova de como são manejáveis pelos seus inimigos grandes camadas do Povo trabalhador.

É a consciência desses factos, à sua interpretação correcta, que temos de ir buscar forças para os combater fortemente, para os destruir sem apelo de modo que nunca mais regressem à nossa terra e ao nosso Povo.

O documento do Comité Central que hoje publicamos atende às grandes questões, aos grandes problemas, que afectam a vida

nacional. Todos eles merecem ponderação cuidada, estudo atento, divulgação maciça. Queremos, porém destacar, sem prejuízo para os outros, os problemas políticos e económicos, pois a defesa das liberdades é inseparável da defesa das outras conquistas da revolução, designadamente das nacionalizações, da Reforma Agrária e dos benefícios sociais dos trabalhadores.

Quanto aos problemas políticos, queremos chamar a atenção para as tarefas imediatas apontadas pelo Comité Central do nosso Partido:

a) O combate às actividades contra-revolucionárias, o desmantelamento das organizações terroristas clandestinas como o ELP e o MDLP e a prisão e castigo dos responsáveis por actos de violência.

b) A cessação da vaga de saneamentos à esquerda (no aparelho militar e civil) e as perseguições políticas por motivo ou a pretexto dos acontecimentos de 25 de Novembro.

c) A defesa da ordem democrática e a garantia do exercício dos direitos e liberdades dos cidadãos em todo o território nacional, pondo fim aos poderes locais reacçãoários e punindo aqueles que atentem contra as liberdades.

Quanto aos problemas económicos, sublinharemos também as tarefas imediatas que aponta o nosso Partido:

a) O aumento da produção industrial e agrícola com o alargamento do mercado interno e externo.

b) A redução dos consumos supérfluos e gastos não essenciais, através duma política de austeridade e de um esforço de poupança nacional que atinja preferen-

cialmente as camadas privilegiadas.

c) A dinamização do sector nacionalizado através do auxílio do Estado e da direcção, intervenção e controlo dos trabalhadores numa perspectiva socialista.

d) Apoios preferenciais aos sectores em crise.

e) A dinamização da agricultura, através do apoio a cooperativas e herdades colectivas na zona da Reforma Agrária e de apoio aos pequenos e médios agricultores com créditos, fixação de preços compensadores e simplificação dos circuitos comerciais.

f) Uma política de comércio externo aproveitando as grandes potencialidades oferecidas pelos países socialistas e pelo terceiro mundo.

g) O combate ao desemprego, o melhoramento das condições de vida das camadas trabalhadoras mais desfavorecidas e a manutenção do poder de compra dos trabalhadores por actualizações periódicas de salários acompanhando o aumento dos preços.

O CC do PCP expressa a sua profunda preocupação pelas medidas de congelamento da contratação colectiva e de súbitos e grandes aumentos de preços de artigos de consumo corrente, quando nada é feito para limitar os elevados gastos das classes exploradoras. O PCP reprova uma política que vise fazer pagar às classes trabalhadoras o peso das dificuldades económicas e financeiras. O CC do PCP sublinha que as medidas imediatas devem inserir-se numa política económica global voltada para o desenvolvimento da economia nacional, na salvaguarda da

independência e na perspectiva do socialismo.

Todas ou grande parte destas tarefas imediatas não serão levadas a cabo sem um empenho profundo, sem uma luta constante da classe operária e dos restantes trabalhadores. A experiência das massas laboriosas ensina que nada de firme e duradouro se obtém, naquilo que interessa às grandes conquistas democráticas e revolucionárias, sem que o movimento operário e popular mobilize as suas forças, exija na rua e nos locais de trabalho a aplicação de uma política popular, sem que o Governo e todas as autoridades sintam que o apoio das massas tem de ser conquistado com medidas concretas nos campos que interessam ao desenvolvimento nacional e à salvaguarda e ao avanço das conquistas populares.

Para esse empenho massivo, para que as forças não se dispersem, para que o divisionismo não as corra e necessária uma linha de rumo firmemente traçada e seguida sem desvios, que fortaleça na acção a unidade e a consciência de classe das massas trabalhadoras.

O Partido Comunista Português é um grande Partido nacional. Por isso, as tarefas que define, as posições que assume, não são apenas tarefas e posições partidárias. Como partem do cerne da realidade nacional, como representam os anseios da maioria esmagadora do Povo português têm de ser levadas ao conhecimento das massas na sua forma mais perfeita, na aplicação mais concreta, no empenho mais construtivo. As tarefas dos militantes comunistas, dos membros do nosso Partido, devem fundir-se cada vez mais com as tarefas de todo o Povo trabalhador.



A SITUAÇÃO POLÍTICA E TAREFAS IMEDIATAS

O Comité Central do Partido Comunista Português realizou uma reunião plenária no dia 13 de Dezembro, no Centro de Trabalho de Alhandra.

O Comité Central examinou os acontecimentos militares de Novembro e as suas repercussões na situação política. Definiu a posição do PCP em relação ao MFA, às Forças Armadas e ao VI Governo Provisório. Apreciou os problemas políticos e económicos mais imediatos e os objectivos da luta popular que lhes correspondem. Salientou o perigo fascista e a necessidade imperiosa de unir as forças militares, democráticas e populares para defender as liberdades e as outras conquistas da revolução, designadamente as nacionalizações e a reforma agrária. Confirmou, como perspectiva da revolução portuguesa, a construção de um regime democrático a caminho do socialismo.

O Comité Central examinou as formas de organização e de luta do movimento operário e popular traçando a orientação correspondente.

Foram finalmente examinados problemas da vida interna e da actividade do Partido, sendo definidas linhas de acção para o trabalho de direcção, a política de quadros, o trabalho de organização, a informação e propaganda, o trabalho ideológico e a política financeira.

A reunião do Comité Central confirmou que, na complexa conjuntura actual e apesar da situação antidemocrática existente em vastas zonas do país, o PCP continua em expansão e todas as organizações e militantes, à frente da classe operária e das massas populares, desenvolvem uma intensa actividade no cumprimento das tarefas que lhes são atribuídas pelo Partido.

1

OS ACONTECIMENTOS DE NOVEMBRO E AS SUAS REPERCUSSÕES IMEDIATAS

1. As sublevações do mês de Novembro e a repressão e medidas militares que se seguiram culminaram um prolongado conflito que se travou no MFA e nas Forças Armadas, estreitamente relacionado com acesa luta política que envolvia toda a sociedade portuguesa.

Os conflitos abrangiam a luta entre sectores do MFA, entre as forças da reacção e as forças da democracia; entre a perspectiva social-democrata e a perspectiva socialista; entre a perspectiva da dependência do imperialismo e a da verdadeira independência nacional; entre os partidários consequentes do processo de descolonização e aqueles que se opunham à autêntica independência de Angola, sob a direcção do MPLA; entre um movimento operário e popular em expansão e uma vasta aliança das forças sociais e políticas conservadoras e reaccionárias.

Os dados disponíveis permitem afirmar que, embora num ambiente de agudos conflitos sociais e militares, o chamado «25 de Novembro» não foi um golpe militar para a conquista do poder e muito menos uma insurreição. Foi uma convergência de sublevações na sequência duma vaga de saneamentos à esquerda, em torno de um processo de disputa de lugares de chefia entre vários sectores do MFA e das Forças Armadas.

Numerosos factos indicam que, na medida em que a crise político-militar se agravava, a direita preparava cuidadosamente um golpe para abafar e destruir os sectores da esquerda.

O conflito salda-se por um enfraquecimento das forças revolucionárias no seu conjunto e por um avanço das forças reaccionárias e conservadoras.

2. Os acontecimentos de Novembro modificaram em alguns aspectos muito importantes a situação política portuguesa. A primeira e directa consequência dos acontecimentos foi a derrota e desarticulação da esquerda militar, seguida por uma ampla repressão, depuração e reorganização das Forças Armadas, com prisões e a exclusão massiva de elementos da esquerda ou como tal considerados e o desaparecimento de unidades que estavam estreitamente ligadas ao movimento popular.

Estes factos colocaram com toda a agudeza a própria sobrevivência do MFA, alteraram a correlação de forças militares e, como resultado, a correlação geral de forças.

Enquanto as forças revolucionárias saem enfraquecidas, a direita reaccionária, tanto civil como militar, colada às actividades e iniciativas do PS e dos sectores do MFA em luta contra a esquerda, ganham posições e ameaçam ultrapassar e ulteriormente liquidar os seus recentes aliados.

As forças militares e populares que estão com a democracia e o socialismo continuam a ser poderosas. Mas os perigos do fascismo aumentaram.

3. A Contra-revolução fascista poderá avançar por diversos caminhos.

O perigo do fascismo pode concretizar-se pelo avanço progressivo e pouco espectacular das forças reaccionárias, tomando posições cada vez mais fortes no aparelho do Estado (civil e militar), ganhando complicitades, anulando as conquistas da revolução, dividindo, desorganizando e amortecendo as forças revolucionárias e progressistas, e conseguindo finalmente a força necessária para «legalmente» impor a liquidação da democracia e a instauração dum regime ditatorial.

O perigo do fascismo pode concretizar-se pelo desenvolvimento de provocações, de acções terroristas do ELP, do MDLP e de bandos fascistas, de sublevações e iniciativas contra-revolucionárias como as de Rio Maior, pressionando no sentido de alterações políticas e de medidas repressivas contra o movimento operário e popular e contra todas as forças e elementos progressistas.

O perigo do fascismo pode ainda concretizar-se por um golpe militar no dia em que a contra-revolução considere ter força para tal. As forças fascistas desenvolvem, por um lado, uma acção clandestina e terrorista e encobrem-se, por outro lado, em partidos e organizações legais, como o CDS e o PPD, e em organizações que, adoptando uma fachada pseudo-revolucionária (como o MRPP, o PCP (m-l), a AOC) são instrumentos directos da reacção da direita.

É necessário considerar seriamente estes perigos, estar muito atento ao desenvolvimento da situação e cortar o caminho ao fascismo por qualquer direcção que avance.

4. As modificações na situação exigem a redefinição dos objectivos imediatos, um exame do ritmo e formas de desenvolvimento do processo, um esforço de defesa e consolidação da revolução, uma reconsideração do sistema de alianças conjunturais, a médio e a longo prazo.

Se é certo que os perigos da contra-revolução aumentaram, não é menos certo que as forças e potencialidades da revolução são ainda imensas. Mediante uma correcta orientação, podem assegurar a construção do novo Portugal democrático a caminho do socialismo.

5. O PCP defendeu sempre uma solução política ao longo do desenvolvimento da crise, advertindo dos perigos de um confronto violento entre forças que estavam com o processo revolucionário. O PCP propôs repetidas vezes a negociação e um acordo.

O PCP advertiu dos perigos da divisão do MFA e da cristalização de posições das suas várias tendências. Na sua acção política defendeu tenazmente e procurou contribuir para a reaproximação e a reunificação daquelas tendências.

O PCP advertiu dos perigos das alianças à direita contra a esquerda revolucionária, dos

perigos do sectarismo, do espírito fechado ao diálogo e ao entendimento de certos sectores militares e políticos de esquerda.

O PCP combateu a acção divisionista, desagregadora e aventureirista de grupos radicalistas que, com as suas pretensões hegemónicas e as suas tendências para o golpe e o facto consumado, prejudicavam e de certa forma impediram uma solução política, sem que entretanto dessem ou fossem capazes de dar a solução militar que apregoavam.

O PCP lutou contra as tendências sectárias e as ilusões de facilidade do processo revolucionário,

que ganharam, não apenas amplos sectores militares, como também sectores do movimento operário e popular.

A análise e advertências do PCP revelaram-se inteiramente justas.

A firme orientação do PCP contribuiu decisivamente para que os acontecimentos militares de Novembro não tivessem arrastado o movimento operário e popular para uma aventura, que se teria saldado numa sangrenta derrota, podendo significar a perda definitiva da Revolução Portuguesa.

2

MFA E FORÇAS ARMADAS

1. Desde o 25 de Abril, o MFA, movimento progressista, vanguarda revolucionária das Forças Armadas e uma das forças de vanguarda de todo o processo revolucionário, constituiu uma barreira militar contra a reacção e uma garantia da defesa das liberdades e da construção do novo Portugal democrático.

A liquidação do MFA foi um dos objectivos da reacção, prosseguido sistematicamente desde o 25 de Abril. Liquidado o MFA, as forças reaccionárias e conservadoras, ainda com importantes posições nas Forças Armadas, encontrariam caminho aberto para impor o seu comando, criando assim condições para um golpe «constitucional» ou militar contra-revolucionário.

Essa é a razão fundamental por que, desde o 25 de Abril, o PCP defendeu sempre, tenazmente, a necessidade da defesa, continuidade e intervenção política do MFA.

2. A divisão que se verificou no MFA entre a esquerda militar e o que ulteriormente se chamou o Grupo dos Nove foi talvez o acontecimento mais grave de todo o processo revolucionário, fazendo desde logo pairar uma séria ameaça sobre o MFA no seu conjunto e sobre a própria revolução.

Havia é certo divergências políticas de fundo entre os sectores que entraram em conflito. Tais divergências poderiam porém ter sido ultrapassadas na base da elaboração de uma plataforma comum, se houvesse nesses sectores plena consciência dos perigos para a revolução que uma cisão provocaria.

A cristalização de opiniões críticas dos elementos mais moderados quanto a algumas medidas revolucionárias, e um grande sectarismo da esquerda considerando reaccionários aqueles que não tinham as suas opiniões, conduziram a um conflito que se agudizou progressivamente.

Se antes, unificado, o MFA teve dificuldades sérias para conter a reacção militar e derrotar as suas tentativas de golpe, dividido abriu uma profunda brecha nas linhas de defesa da revolução.

Para lutar contra a esquerda, o outro sector procurou apoios na direita reaccionária, movimentando e mobilizando forças militares externas ao MFA. Essa aliança à direita veio a determinar conflitos e insubordinações contra comandos e chefes progressistas e finalmente o pronunciamento de Tancos, em que a esquerda militar foi desalojada de postos fundamentais nos órgãos do poder, ao qual se seguiu uma vaga de saneamentos à esquerda.

A luta por posições no aparelho militar, incluindo nas mais altas instâncias, passou a ser o elemento motor dos principais conflitos internos no MFA e nas Forças Armadas, incluindo as insubordinações e sublevações do mês de Novembro.

A luta pela supremacia veio a ter o seu desfecho em torno dos acontecimentos do 25 de Novembro, com uma pesada derrota da esquerda militar.

3. A situação criada pelos trágicos acontecimentos de Novembro, pôs a nu os perigos para a liberdade e a revolução das alianças com a direita reaccionária. Caminhando na esteira daqueles que procuraram o seu apoio na luta contra a esquerda, a direita ganhou posições, começou a avançar os seus projectos reaccionários e as suas próprias ambições políticas e ameaça ultrapassar, submergir e liquidar os seus antigos aliados, liquidando com eles o que pensa ser a última barreira militar na Revolução Portuguesa.

A não ser estancado o avanço das forças reaccionárias, corre-se o risco real de serem liquidadas as liberdades e ser instaurada uma nova ditadura.

4. A manutenção e defesa do MFA, como movimento progressista das Forças Armadas, foi considerada indispensável para a defesa da Revolução, apesar das profundas modificações verificadas na situação militar. Depois dos acontecimentos do 25 de Novembro, o MFA será necessariamente muito diferente do que era antes. Mas, desde que animado por objectivos democráticos, a sua existência é essencial para cortar o caminho à tomada do poder pela direita reaccionária.

O CC do PCP verifica que em largos círculos do Quadro Permanente (que um grande sectarismo dos sectores esquerdistas empurrara para a direita) se nota uma tomada de consciência dos perigos da contra-revolução e uma vontade crescente de lhes fazer frente.

A solução concreta da situação cabe aos militares. Mas como dela depende largamente o futuro de Portugal, as forças políticas não podem deixar de expressar a sua opinião.

É um dever fundamental das forças políticas democráticas e progressistas tudo fazer, pela sua acção política, para facilitar a reestruturação do MFA como linha de defesa militar (interna e externa) da democracia portuguesa.

3

O GOVERNO

1. Num momento em que se discute a recomposição do governo, o CC do PCP lembra alguns aspectos da história da formação e da actividade do VI Governo Provisório. A plataforma programática não tem sido cumprida em aspectos essenciais, como o combate às forças contra-revolucionárias e a defesa das conquistas da revolução. A distribuição de postos no governo atribuídos ao PCP (designadamente vários Secretários de Estado) não foi

cumprida. A viragem à direita da política governamental provocou grande resistência popular. Só com o recurso a métodos administrativos e repressivos poderia prosseguir.

Os acontecimentos do 25 de Novembro eliminaram importantes forças da oposição ao VI Governo Provisório e dão-lhe um maior apoio militar para a aplicação da sua política.

Os próprios acontecimentos militares e a mudança da correlação de forças tenderão a

animar o prosseguimento da viragem à direita. Isso é confirmado por decisões políticas tomadas depois dos acontecimentos (relativos aos meios de comunicação social, aos problemas económicos, às demissões e saneamentos à esquerda, etc.).

2. A acentuação da viragem à direita não é inevitável.

A necessidade de conter o ameaçador avanço da reacção levará certos sectores moderados do MFA e das Forças Armadas e sectores políticos democráticos que têm estado aliados à direita a procurarem agora aliança com o movimento operário e popular contra o perigo fascista, para eles próprios não serem submergidos.

As perspectivas estão dependentes em larga medida do desenvolvimento da situação no MFA e nas Forças Armadas. Se, com o apoio popular, o MFA se mantiver como vanguarda democrática ligada a amplos sectores das forças armadas e conseguir fazer frente à direita reaccionária, é de admitir que, em vez da acentuação da viragem à direita, se possa verificar um recuo político das tendências da direita e a criação de condições para que sejam adoptadas e realizadas medidas políticas e económicas de carácter progressista. A grande cisão no PPD, com o afastamento de dirigentes e de mais de 20 deputados à Constituinte, enfraquece também a sua posição e a força das suas exigências no que respeita ao governo.

No futuro próximo imediato será necessário, simultaneamente, reagir contra uma política de direita que ponha em causa as liberdades e outras conquistas da revolução, e agir (pelo trabalho de massas e pela acção junto do governo e do aparelho de Estado) para que sejam tomadas decisões progressistas.

Apesar das modificações resultantes dos acontecimentos militares de Novembro, são possíveis sucessos tanto numa direcção como noutra.

3. A continuação de membros do PCP no governo é considerada pelo MFA e pelos outros participantes no actual governo, apesar de intensa campanha para a sua exclusão.

As razões de tais posições são diversas e contraditórias.

Para alguns a participação do PCP no governo justifica-se pela necessidade de fazer frente à direita reaccionária e pelo papel indispensável do PCP na construção da democracia e nas transformações que abram caminho para o socialismo.

Para outros a participação do PCP é vista como um aval para a política antipopular que projectam, como uma forma de conter o descontentamento e a luta populares, e porque, numa perspectiva eleitoralista, temem que na oposição o PCP pudesse obter um aumento substancial de votos.

O CC examinou atentamente os múltiplos aspectos (positivos e negativos) relativos a uma participação do Partido ou de membros do Partido no governo a fim de o habilitar a tomar a decisão que seja mais útil à luta contra o avanço da reacção, à defesa das liberdades, à defesa dos interesses do povo trabalhador, ao prosseguimento da Revolução Portuguesa.

4. O CC considerou as condições de participação comunista no governo.

O CC salientou que o PCP, como qualquer outro partido, mantém o direito de criticar publicamente as medidas do governo, que não sejam conformes com uma plataforma ou programa governamental comumente acordado.

O PCP não poderia apoiar uma política anti-operária, uma política que pusesse em causa as liberdades e as principais conquistas da revolução, designadamente as nacionalizações, a reforma agrária, o controle operário.

A participação dos comunistas no governo depende também da sua composição e da importância dos cargos que lhe sejam atribuídos.

O PCP não poderia estar no governo em condições (que alguns pretendem criar) em que se limitaria a avalizar com a sua presença medidas com as quais não está de acordo.

No governo e fora dele os comunistas defenderão sempre os interesses das classes trabalhadoras e das massas populares, as liberdades e as outras conquistas da revolução, os interesses da nação portuguesa independente e soberana.

pondo em causa a orientação antimonopolista e antilatifundista e as realizações alcançadas com essa orientação. A defesa das liberdades é inseparável da defesa das outras conquistas da revolução, designadamente das nacionalizações, da Reforma Agrária e dos benefícios sociais dos trabalhadores.

2. Problemas políticos.

O problema político mais grave é o perigo da contra-revolução e da instauração duma nova ditadura. O avanço da reacção, a impunidade com que têm agido as forças reaccionárias e as organizações terroristas clandestinas exigem medidas urgentes de defesa das liberdades e da ordem democrática.

São tarefas imediatas:

- O combate às actividades contra-revolucionárias, o desmantelamento das organizações terroristas clandestinas como o ELP e o MDLP e a prisão e castigo dos responsáveis por actos de violência.
- A cessação da vaga de saneamentos à esquerda (no aparelho militar e civil) e das perseguições políticas por motivo ou a pretexto dos acontecimentos de 25 de Novembro.
- A defesa da ordem democrática e a garantia do exercício dos direitos e liberdades dos cidadãos em todo o território nacional, pondo fim aos poderes locais reaccionários e punindo aqueles que atemem contra as liberdades.

O PCP reclama do governo e das autoridades militares que sejam revogadas nos Açores as medidas de encerramento dos Centros de Trabalho, de suspensão das actividades do PCP e outros partidos de esquerda e de exílio para o Continente de destacados militantes.

O PCP reclama igualmente que seja assegurada a defesa, contra violências e atentados, das actividades políticas em todas as regiões e localidades onde forças e caciques reaccionários impedem de facto o exercício das liberdades e direitos dos cidadãos.

3. Problemas económicos.

A tarefa central imediata é vencer a depressão e a recessão económica com vista a uma ulterior política de desenvolvimento. A redução da situação deficitária da economia portuguesa (deficits entre a produção e o consumo, deficits das balanças comercial e de pagamentos, deficit do orçamento, deficit dos sectores nacionalizados, etc.) é objetivo prioritário.

São tarefas imediatas:

- O aumento da produção industrial e agrícola com o alargamento do mercado interno e externo.
- A redução dos consumos supérfluos e gastos não essenciais, através duma política de austeridade e de um esforço de poupança nacional que atinja preferencialmente as camadas privilegiadas.
- A dinamização do sector nacionalizado

através do auxílio do Estado e da direcção, intervenção e controle dos trabalhadores numa perspectiva socialista.

- Apoios preferenciais aos sectores em crise.
- A dinamização da agricultura, através do apoio a cooperativas e herdades colectivas na zona da Reforma Agrária e de apoio aos pequenos e médios agricultores com créditos, fixação de preços compensadores, simplificação dos circuitos comerciais e medidas para o escoamento das produções.
- Uma política do comércio externo que aproveite as grandes potencialidades oferecidas pelos países socialistas e pelo terceiro mundo.
- O combate ao desemprego, a melhoria das condições de vida das camadas trabalhadoras mais desfavorecidas e a manutenção do poder de compra dos trabalhadores, por actualizações periódicas de salários acompanhando o aumento dos preços.

O CC do PCP expressa a sua profunda preocupação com medidas de congelamento da contratação colectiva e de súbitos e grandes aumentos de preços de artigos de consumo corrente, quando nada é feito para limitar os elevados gastos das classes exploradoras e parasitárias. O PCP reprova uma política que vise fazer pagar às classes trabalhadoras o peso das dificuldades económicas e financeiras.

O CC do PCP sublinha que as medidas imediatas devem inserir-se numa política económica global voltada para o desenvolvimento da economia nacional, na salvaguarda da independência e na perspectiva do socialismo.

4. A defesa das liberdades e a reanimação da economia portuguesa são indissociáveis da defesa das grandes conquistas da revolução como as nacionalizações e a Reforma Agrária.

As nacionalizações criaram um amplo sector estatal. O sector nacionalizado, ao qual se junta o das empresas onde se registou a intervenção do Estado, com apoios e financiamentos, desempenha, apesar das dificuldades actuais, um importante papel. Qualquer tentativa da sua recuperação pelo capitalismo, não só defrontaria a resistência dos trabalhadores, como abalaria ainda mais a situação económica do país.

Não pode aceitar-se que empresas sabotadas, paralizadas e arruinadas pelos capitalistas e recuperadas à custa do esforço e sacrifício dos trabalhadores e das ajudas do Estado voltem para a posse e direcção dos responsáveis pela situação de falência anteriormente existente.

A dinamização do sector nacionalizado e das empresas com intervenção do Estado pode e

4

PROBLEMAS POLÍTICOS E ECONÓMICOS

1. No quadro da defesa das conquistas da revolução, a situação exige medidas imediatas para vencer os aspectos mais graves da crise política e económica.

A instabilidade governativa, as contradições e a irregularidade do processo revolucionário e as variações na correlação de forças expressam-se em sérias oscilações na acção do governo, têm impossibilitado uma política consequente e facilitado o agravamento dos múltiplos problemas que afectam a vida nacional.

A defesa das liberdades e a saída da profunda crise política, militar, económica, social e ideológica, exigem uma política que encare de frente os problemas e lhes dê uma solução conforme com os objectivos democráticos da Revolução Portuguesa.

A defesa das liberdades não se pode efectuar





deve dar-se sob o impulso dos próprios trabalhadores, assegurando funções de controle e direcção.

A **Reforma Agrária**, que abrange já cerca de 1 milhão de hectares, constitui uma das mais brilhantes vitórias da Revolução Portuguesa e uma realização criadora e heróica dos trabalhadores alentejanos e ribatejanos. As tentativas provocatórias e violentas da reacção e dos agrários para a recuperação dos latifúndios esbarram e esbarrarão com a firme e decidida resistência dos trabalhadores rurais. A Reforma Agrária, que está já permitindo o aumento da produção agrícola, será defendida e prosseguirá pela luta abnegada e o trabalho criador dos próprios trabalhadores.

A Reforma Agrária tem respeitado e deve respeitar escrupulosamente os interesses dos pequenos e médios agricultores. Se há casos em que isso não tenha sucedido impõe-se pronta rectificação. É possível e desejável que, a par da criação de cooperativas e herdades colectivas, seja distribuída terra aos pequenos agricultores que tenham terra insuficiente para seu sustento.

É também essencial que haja uma resposta

concreta e positiva aos problemas dos pequenos e médios agricultores das outras regiões do país, sujeitos a uma violenta campanha dos agrários e da reacção que, em muitos casos, conseguem enganá-los e mobilizá-los em acções contrárias aos seus próprios interesses.

5. O CC do PCP sublinha que, para a regularidade da produção e dos investimentos, é de definir, delimitar, respeitar e garantir o campo de **actividade privada**. O CC sublinha também que, na fase actual da Revolução Portuguesa, interessa obter e garantir **créditos e mesmo investimentos estrangeiros** desde que não impliquem condições políticas.

Sublinha ao mesmo tempo que quaisquer medidas económicas e financeiras imediatas e urgentes têm de inserir-se, não em qualquer viragem tendente à recuperação do poder económico pelos grandes capitalistas e pelos agrários, mas numa política que tenha em conta os interesses dos trabalhadores e das largas massas populares, mantendo a perspectiva socialista e respeitando os interesses da independência nacional.

5

AS PERSPECTIVAS DA REVOLUÇÃO

1. O PCP continua fiel a **dois objectivos fundamentais da Revolução Portuguesa**: a construção de um regime democrático em que sejam asseguradas as mais amplas liberdades (de expressão do pensamento, incluindo a liberdade de imprensa, de associação, incluindo de partidos políticos, de reunião, de manifestação, o direito à greve, etc.) e em que sejam realizadas profundas reformas económicas e sociais que abram caminho para o socialismo.

A reacção e os detractores da linha do Partido têm desenvolvido uma violenta campanha de calúnias acusando o PCP de querer abolir as liberdades. A verdade histórica, antes e depois do 25 de Abril, é que o PCP foi, tem sido e continua a ser a força política mais consequente e abnegada na luta pelas liberdades e em sua defesa.

O PCP mantém a tese de que, nas condições existentes em Portugal, a construção dum regime de amplas liberdades não pode efectuar-se e assegurar-se sem transformações económicas e sociais profundas.

A viabilidade duma democracia em Portugal é inseparável da liquidação definitiva do poder económico dos monopólios e dos grandes latifundiários, base económica e social da reacção e do fascismo.

2. A situação decorrente dos acontecimentos de Novembro obriga a um **exame aprofundado do processo de desenvolvimento da Revolução Portuguesa**, da importância relativa e formas de aliança e intervenção das suas componentes, da própria dinâmica do processo.

Seria entretanto profundamente errado concluir que desapareceram as forças motrizes do

processo revolucionário e que a situação democrática está estabilizada e subitamente transformada num regime democrático.

Nesse sentido, o CC do PCP condideraria não só inconstitucional, como inadequada à situação, uma eventual transformação da Assembleia Constituinte em Assembleia Legislativa segundo a ideia que alguns têm avançado.

Da mesma forma considera inconstitucional e limitativa da vida democrática no futuro a inscrição na Constituição de preceitos de natureza regulamentar relativos à formação e processos de designação de organismos sindicais, de trabalhadores, de órgãos de comunicação social e outros.

A própria existência de forças contra-revolucionárias muito activas, de conspirações da direita e do perigo do fascismo, indicam que a dinâmica revolucionária (expressa no movimento operário e popular de massas e no papel progressista que o MFA pode continuar a desempenhar) se mantém essencial, não só para o prosseguimento da Revolução, como para a sua defesa.

3. Na Revolução Portuguesa, **as eleições**, embora não sejam forma única de expressão da vontade popular, desempenham um importante papel.

No projecto de Constituição apresentado pelo PCP à Assembleia Constituinte figura uma Câmara de Deputados (Assembleia Legislativa) eleita em sufrágio universal, directo e secreto. Contra tudo o que têm afirmado os detractores da orientação do PCP, o PCP defende pois a realização de eleições gerais para uma Assembleia Legislativa.

O CC do PCP chama entretanto a atenção para a súbita pressa de alguns partidos políticos

na realização de eleições, precisamente em condições em que não é garantido o exercício dos direitos e liberdades dos cidadãos.

A realização de eleições num processo democrático exige uma lei eleitoral justa, um recenseamento honesto e fiscalizado, uma situação democrática que garanta a todas as forças políticas (não só no período eleitoral, mas como situação regular e estabilizada) as liberdades democráticas.

A situação antidemocrática existente em grande parte do território, a não ser corrigida, não permitirá a realização de eleições livres. É também indispensável pôr fim às actividades terroristas e às campanhas reacçãoárias que criam um ambiente de guerra civil e um clima de intimidação que impossibilita a livre expressão da vontade popular.

Tanto pela defesa geral da revolução, como para tornar possível a realização de eleições dignas deste nome, é urgente instaurar as liberdades democráticas onde não foram ainda instauradas e restabelecê-las onde foram liquidadas. Esse é um passo primeiro e essencial para preparar quaisquer eleições.

O PCP vê com grande apreensão alterações à lei eleitoral e ao recenseamento que, em vez de acentuarem as características democráticas das eleições, possam falsear de forma directa ou indirecta os seus trâmites e os seus resultados.

4. As alterações na situação têm estimulado em forças e sectores políticos e militares propostas no sentido da **revisão da plataforma de acordo constitucional** assinada pelo MFA e os partidos políticos. O Conselho da Revolução resolveu em 12 de Dezembro iniciar conversa-

ções com os partidos políticos com vista à revisão.

O PCP, pela sua parte, está pronto a reexaminar junto com o MFA todas as questões constantes na plataforma. Salaria porém desde já que, na sua opinião, quaisquer alterações deverão ter como objectivo, não comprometer o processo democrático, mas consolidar e garantir o seu prosseguimento.

5. O CC do PCP insiste em que, nas condições existentes em Portugal, **as liberdades defendem-se no caminho do socialismo**.

O restabelecimento do domínio dos monopólios e grários significaria, sem qualquer dúvida, o restabelecimento duma ditadura fascista.

Um desenvolvimento no quadro do capitalismo monopolista, necessitando de uma acumulação de capital e de grandes investimentos para ganhar capacidade competitiva numa Europa em que se acentua um processo de integração, exigiria um nível de exploração que não poderia ser imposto aos trabalhadores, gozando estes de liberdade.

A defesa das liberdades e a construção dum regime democrático só se podem assegurar com a liquidação definitiva do poder económico dos monopólios e dos grandes agrários e com uma dinâmica de desenvolvimento nos sectores nacionalizados e nas herdades colectivas e cooperativas criadas no quadro da Reforma Agrária. Nessa dinâmica o papel dos trabalhadores é decidido e determinante.

Na Revolução Portuguesa, a própria realidade objectiva conduz a revolução democrática ao caminho do socialismo.

6

O MOVIMENTO OPERÁRIO E POPULAR

1. O movimento operário e popular, a par do MFA, é **um dos elementos motores fundamentais da Revolução Portuguesa**.

A classe operária e as massas populares, a sua vanguarda revolucionária (o PCP), as suas organizações sindicais e outras organizações de classe, que já antes do 25 de Abril constituíam a principal força da resistência e da luta antifascista, têm sido desde o 25 de Abril um elemento capital na luta contra a reacção, na defesa da liberdade, nas transformações económicas e sociais de natureza democrática.

A par do MFA e de todos os sectores militares que estão pela democracia, o movimento operário e popular constitui a mais forte barreira à ameaça fascista e às tentativas para pôr em causa as conquistas da revolução, e a força determinante no prosseguimento da Revolução Portuguesa na perspectiva do socialismo.

2. O movimento operário e popular é **um movimento organizado e independente**.

O movimento operário e popular é **um movimento organizado** em formas tradicionais que vêm do tempo do fascismo, em formas renovadas e em formas novas resultantes do espírito

criador das massas após o 25 de Abril. Os sindicatos e a Intersindical, as Comissões de Trabalhadores, as Comissões de Moradores, as Assembleias Populares, são formas fundamentais de organização e da luta da classe operária e das massas populares.

O seu desenvolvimento é essencial para a defesa e prosseguimento da revolução.

O movimento operário e popular é **um movimento independente**, criado pelos trabalhadores e pelas massas populares, que decidem livremente as suas estruturas, do seu carácter representativo, dos seus métodos de organização e das suas formas de acção.

O CC do PCP pronuncia-se firmemente pelo pleno direito dos trabalhadores e das massas populares de decidirem das formas de organização e de luta, sem qualquer ingerência ou tentativa de controle pelo Governo e por outras instâncias oficiais, civis ou militares. A organização dos trabalhadores cabe aos próprios trabalhadores.

Depois da derrota da esquerda militar, a reacção concentra os seus esforços para desorganizar e abater o movimento operário e popular, combatendo com particular violência o PCP (vanguarda revolucionária da classe operária), o



movimento sindical e as formas de organização unitária das massas. É necessário defender, consolidar e desenvolver o movimento operário e popular.

3. O movimento sindical é um poderoso movimento organizado da classe operária e das massas trabalhadoras. O movimento sindical tem representado e continua a representar um papel de primeiro plano, na defesa dos interesses de classe, no melhoramento das condições de vida dos trabalhadores, na defesa das liberdades e da revolução, nas medidas de nacionalização dos bancos e dos sectores básicos da economia, na Reforma Agrária, na construção do novo Portugal democrático a caminho do socialismo.

O PCP não defende de forma alguma o apoliticismo dos sindicatos. O CC entende porém chamar a atenção para certas tendências radicalistas que podem prejudicar gravemente a consolidação, o desenvolvimento e o desempenho das suas funções pelo movimento sindical.

O CC do PCP chama a atenção para a política sectária existente em diversos sindicatos e para uma excessiva politização de actividades susceptível de desviar esses sindicatos de algumas das suas tarefas fundamentais em defesa dos interesses dos trabalhadores.

O sectarismo político, assim como tendências burocráticas de algumas direcções sindicais pode comprometer as estruturas sindicais, levar à restrição do âmbito do trabalho sindical e a uma menor participação das massas na vida e na luta sindicais.

A verticalização não pode ser considerada como uma solução justa em abstracto. Para ser justa deve corresponder à defesa dos interesses dos trabalhadores e das suas estruturas sindicais.

O CC do PCP sublinha a necessidade do reforço da vida, actividade e luta sindical na base de um grande esforço para a unidade dos trabalhadores (sejam quais forem as suas tendências políticas) dentro de cada sindicato e no movimento sindical no seu conjunto.

Na preparação de eleições é de empreender um grande esforço unitário, designadamente na elaboração das listas e do programa de direcção e na acção sindical.

O CC do PCP condena todas as tentativas de fraccionar o movimento sindical.

4. As Comissões de Trabalhadores (de empresa e de classe) têm uma larga tradição no movimento operário português. Depois do 25 de Abril, as Comissões de Trabalhadores, a par da organização sindical, tornaram-se uma das formas essenciais da organização dos trabalhadores, da defesa dos seus interesses de classe, da sua intervenção na batalha política em defesa das liberdades e das outras conquistas da revolução, da sua luta contra a reacção e a sabotagem económica, do seu esforço criador e construtivo na defesa das próprias empresas, do seu funcionamento e da sua produção, no estabelecimento do controle operário, na luta pelas nacionalizações e pela Reforma Agrária.

Nos últimos meses, o movimento das Comissões de Trabalhadores adquiriu novo incremento, com a criação de formas flexíveis e representativas de coordenação e a condução de grandiosas manifestações de massas.

O CC do PCP sublinha a necessidade de melhor articulação entre as Comissões de Trabalhadores e as organizações sindicais, prejudicada durante muito tempo pelo sectarismo e «estreiteza sindical» que se manifestou em alguns sindicatos, dum lado, e pelas tendências esquerdistas e de contestação do movimento sindical, de outro.

O reforço da organização, das formas de coordenação, a nível regional, de classe e de sector, do carácter unitário, da iniciativa e da acção das Comissões de Trabalhadores continua a ser essencial para a defesa e prosseguimento da revolução.

5. As Comissões de Moradores, as Assembleias Populares, os Conselhos de Aldeia e outras formas de organização unitária de base têm também um papel importante na democratização da vida nacional.

O CC do PCP chama a atenção para as ilusões idealistas que levaram alguns sectores a ver nestas formas de organização popular os futuros e próximos órgãos do poder de Estado. Chama também a atenção para a teorização verbalista acerca do «poder popular» criando a ilusão da existência dum poder político popular em confronto com o poder militar e governamental.

Chamando a atenção para tais ilusões, a fim de se tirarem as respectivas experiências, O CC do PCP sublinha ao mesmo tempo a extraordinária importância que estas formas de organização unitária popular continuam a ter na defesa dos interesses das populações, na dinamização das massas e no processo revolucionário.

A função das Assembleias Populares como órgãos complementares de administração local, assim como a dos Conselhos Municipais, pode também vir a adquirir extraordinário significado.

O CC chama a atenção para a tentativa que fazem alguns partidos e alguns sectores do Estado para controlarem e abafarem as organizações populares unitárias, pretendendo impor-lhes, a pretexto da exigência de «democracia» e «representatividade», métodos de funcionamento que lhes fariam perder a independência e as tornariam joguetes de forças estranhas ao movimento popular.

O PCP defende a completa autonomia e independência dos organismos populares unitários em relação aos partidos, ao governo e a quaisquer autoridades.

6. A organização das classes médias está em relativo atraso em comparação com a organização dos trabalhadores.

Na Revolução Portuguesa estão interessados, não apenas a classe operária e as massas trabalhadoras, mas os pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes. As deficiências da organização destas classes e camadas, assim como o facto de que a revolução não deu resposta adequada aos seus problemas, empurra-as para a órbita de influência das forças conservadoras e reacçãoárias e pode convertê-las numa base de apoio da contra-revolução.

As Ligas de Pequenos e Médios Agricultores que contam já com uma actividade importan-

te, precisam de ser desenvolvidas, alargadas e activadas, desmascarando a guerra que lhes fazem os grandes agrários e as forças da reacção a fim de manterem subjugado o campesinato. Nas regiões onde as «Ligas» possam ter particulares dificuldades de implantação e acção, são de encarar outras formas de organização que possam atrair as grandes massas de pequenos e médios agricultores (proprietários e rendeiros).

A organização dos pequenos e médios comerciantes e industriais deve merecer particular atenção. O CC nota de forma crítica a falta de seguimento de iniciativas que o PCP a seu tempo tomou a este respeito.

As organizações de intelectuais, assim como de técnicos e quadros, devem merecer muito maior atenção. O CC anotou a atenção insuficiente que as organizações do Partido prestam a esta frente de trabalho e à necessidade de rectificar rapidamente as deficiências.

7. O desenvolvimento das organizações e movimentos da juventude (trabalhadora e estudantil) e sua crescente participação em todas as frentes de luta popular tem sido um valioso contributo para o desenvolvimento do processo revolucionário.

À UJC e à UEC, organizações de vanguarda da juventude trabalhadora e estudantil, coloca-se a tarefa capital de unir e organizar cada vez mais as diferentes camadas da juventude na luta pelos seus objectivos específicos e ao lado da classe operária, dos trabalhadores e de todas as forças progressistas na luta pela consolidação das conquistas populares.

Lutando por uma vida melhor, por justos salários, pelo funcionamento efectivo das escolas e a reforma geral e democrática do ensino, pelo desenvolvimento das estruturas associativas e unitárias, lutando pelo direito ao trabalho, ao ensino, ao desporto e à saúde, a juventude reforça a sua unidade e organização, contribuindo decisivamente para a defesa das liberdades e demais conquistas da revolução.

8. As mulheres têm vindo a dar uma participação cada vez mais activa nas mais variadas frentes de luta operária e popular.

As organizações unitárias de mulheres têm-se revelado, em muitos casos, como as formas de organização mais válidas para a motivação e mobilização de amplas massas femininas, na luta popular em defesa das liberdades e demais conquistas da revolução.

Nestas organizações unitárias, as mulheres comunistas devem, pelo seu exemplo e combatividade, encontrar-se entre os elementos dinamizadores das amplas massas femininas do nosso País para a luta por uma vida melhor, pelo progresso, pela paz, pela defesa da democracia.

9. A política de unidade do PCP terá de adaptar-se às novas condições.

A nova arrumação das forças políticas e militares, a nova correlação de forças e o perigo do fascismo exigem ajustamentos nas alianças com vistas a defender, consolidar e prosseguir a revolução.

No plano social a aliança do proletariado com o campesinato, a pequena burguesia urbana, os intelectuais e mesmo sectores da média bur-

guesia continua a ser válida na actual fase da Revolução Portuguesa.

A aliança do movimento popular com o MFA continua a ser fundamental no processo revolucionário português apesar das modificações verificadas no MFA e nas Forças Armadas. De qualquer forma, a defesa e o prosseguimento da revolução exigem que se ganhem no essencial as Forças Armadas num âmbito mais amplo que o MFA para a luta contra a reacção e pela construção do novo Portugal democrático.

10. No plano político, adquire particular importância a aproximação e o entendimento de sectores e tendências políticas democráticas.

Dadas as posições de direita dos dirigentes do PS, podem ter particular importância formas diversas de organização e acção política unitária antifascista, democrática e de tendência socialista.

O CC do PCP, repetindo uma vez mais a importância que poderia ter no processo revolucionário um PS como partido democrático e progressista orientado no sentido duma aliança com o PCP e outras forças de esquerda, sublinha os numerosos casos em que organizações e militantes socialistas se aproximam no momento presente das organizações e militantes comunistas. O CC sublinha a importância decisiva, na luta contra o fascismo e em defesa das liberdades e das conquistas da revolução, da cooperação e acção comum de comunistas e socialistas.

O CC sublinha a necessidade da unidade de acção das forças da esquerda. As dificuldades que atravessam actualmente partidos e agrupamentos da esquerda e o extremo sectarismo, divisionismo e aventureirismo de alguns, abrem processos de reorganização e rectificação inevitáveis para que esses sectores possam representar um papel positivo no processo revolucionário.

O CC continua a considerar o PPD como um partido da reacção. A grande cisão no PPD mostra entretanto que, mesmo no âmbito desse partido, há numerosos elementos de oposição a uma política fascista e fascisante.

Em todas as organizações e sectores de trabalho, é necessário desenvolver um sério esforço para a acção comum, com objectivos concretos e imediatos, de todos os antifascistas, democratas e progressistas, quaisquer que sejam os partidos ou agrupamentos a que pertençam.

11. As lutas de massas. Os últimos meses caracterizaram-se por um poderoso ascenso da luta de massas no plano reivindicativo, social e político. Entre outras, as lutas dos operários metalúrgicos e da construção civil, as lutas do operariado agrícola do Sul, as acções e lutas dos soldados contra os saneamentos à esquerda, as grandiosas manifestações populares em todo o país — em particular as de 16 e 20 de Novembro em Lisboa — exprimiram uma enorme combatividade e radicalização das massas e revelaram grande capacidade de mobilização e de organização dos trabalhadores.

Reuniões, paralizações, concentrações, manifestações e greves consolidaram, reforçaram e alargaram a unidade da classe operária, mobilizando muitas centenas de milhares de trabalhadores de todo o País.

A intensificação da acção de massas deve merecer toda a atenção às organizações e militantes do nosso Partido.

Graves ameaças pesam sobre os trabalhadores. O congelamento de salários e a alta do custo de vida, as tentativas de recuperação pelo patronato de empresas nacionalizadas ou com

intervenção estatal geridas pelos trabalhadores, as tentativas dos agrários de recuperação dos latifúndios, os saneamentos à esquerda e a perseguição aos trabalhadores progressistas, são alguns dos objectivos em torno dos quais se desenvolverão novas e grandiosas acções da classe operária e das massas trabalhadoras em geral.

balhadores e, nos sectores nacionalizados ou sob intervenção do Estado, dos problemas da vida e actividade das próprias empresas.

Confirmam-se grandes diferenças regionais ao nível da organização. Sublinhou-se a necessidade de um grande esforço para, utilizando os métodos apropriados, organizar o Partido e criar sólidas bases nas empresas e nos campos, em regiões dominadas pela reacção.

Foi notada a necessidade de reforçar o trabalho de organização do Partido em classes profissionais com grandes tradições de luta, nomeadamente os pescadores e os trabalhadores bancários.

Foi examinada com particular atenção a situação das organizações do Partido nas zonas do território nacional onde se instaurou um poder local contra-revolucionário, que não permite o exercício das liberdades democráticas e obriga o PCP à clandestinidade. Ao mesmo tempo que luta pela instauração das liberdades nessas zonas, o Partido tem de continuar a desenvolver o trabalho, na base da rica experiência vinda do tempo da ditadura fascista.

5. Informação e Propaganda. O CC sublinhou a deficiente resposta que o Partido está a dar à violenta campanha anticomunista e de intoxicação da opinião pública realizada pelas forças reaccionárias e seus aliados. O CC sublinhou particularmente a necessidade de desenvolver uma intensa propaganda, utilizando os meios mais convenientes, entre o campesinato das zonas dominadas pela reacção. A definição da posição do PCP sobre os problemas concretos que afectam as grandes massas é essencial para a penetração da propaganda partidária.

A informação e propaganda do Partido adquirem ainda maior importância numa situação em que forças da direita, passando à ofensiva contra os meios de comunicação social, procuram controlar e monopolizar os grandes órgãos de informação.

O trabalho de informação e propaganda do Partido (cujos principais objectivos são esclarecer as massas, ganhá-las para a política do Partido e mobilizá-las para a luta) tem de ser inteiramente associado à luta pela liberdade de expressão do pensamento e contra a monopolização por certos partidos dos grandes meios de comunicação social do Estado.

6. Trabalho ideológico. A Revolução Portuguesa colocou numerosos problemas novos cujo estudo é indispensável aprofundar.

A extrema complexidade e volume dos problemas práticos imediatos, a instabilidade da situação política e as exigências duma mobilização quase constante, criaram um estilo praticista que, em muitos casos, têm impedido o exame e o estudo suficientemente aprofundado

dos problemas e conseqüentemente a tomada de decisões acertadas.

O CC verifica que, pelas debilidades de trabalho ideológico do Partido, algumas organizações e militantes se deixaram arrastar pelas posições esquerdistas, designadamente na sobrestimação das próprias forças, na definição de objectivos demasiado ambiciosos e de formas de luta radicalistas, na criação da ideia de um processo fácil e apressado para a revolução socialista.

Foram sublinhadas as fortes tendências sectárias e a necessidade de lhes dar severa batalha.

A luta entre as forças da liberdade, do progresso social, da independência nacional e do socialismo e as forças da reacção, da conservação, do reformismo e do imperialismo, adquirem extraordinária agudeza e intensidade.

O combate à ideologia do imperialismo e da social democracia, ao anticomunismo e ao anti-sovietismo, às teorias da paz social e de conciliação de classes, ao oportunismo e ao verbalismo esquerdista, são fundamentais no momento presente.

O combate ao inimigo no terreno ideológico é essencial para assegurar a vitória da revolução.

7. Fundos. O CC verificou que as despesas do Partido se multiplicam muitas vezes em relação à situação existente antes do 25 de Abril.

Há diversos sectores cujas receitas não cobrem as despesas. O CC criticou tendências que se manifestam para fazer importantes despesas sem previamente se estar seguro das receitas, de que resultam a situação deficitária e a extensão de dívidas por alguns sectores.

O CC chama a atenção para a necessidade do pagamento regular das cotizações e de livros das editoriais do Partido, para a recolha de donativos e a multiplicação de iniciativas com o fim de obter recursos para o Partido.

Na curva apertada e difícil que a revolução atravessa, os militantes do PCP, os seus inúmeros amigos e simpatizantes, as largas massas populares que se guiam pela sua orientação, deram provas de grande firmeza e combatividade, de grande serenidade e consciência revolucionária.

Com confiança no seu Partido, com confiança na força e capacidade da classe operária e das massas populares, com confiança nos destinos da Revolução Portuguesa — os comunistas saberão unir-se, sem discriminações nem reservas sectárias, a todos aqueles, militares e civis, que estejam empenhados na defesa das liberdades e das outras grandes conquistas revolucionárias, para assegurar a construção de um Portugal Democrático rumo ao socialismo.

13 de Dezembro de 1975

O Comité Central
do Partido Comunista Português

7 O PARTIDO

1. O CC examinou os problemas da vida interna, da actividade e do desenvolvimento do Partido.

Sublinhou que o reforço do PCP é um factor essencial para a unidade da classe operária, para a defesa e prosseguimento da Revolução Democrática Portuguesa. Sem o PCP não se pode construir em Portugal um regime democrático. O reforço do PCP é do interesse de todos quantos desejam impedir o regresso do fascismo, desejam defender as liberdades e as outras conquistas da revolução, desejam construir um Portugal Democrático a caminho do socialismo.

2. Direcção. Foi considerada a necessidade de aprofundar as análises da situação política, das perspectivas da revolução e das tarefas do Partido. Viu-se a necessidade de efectuar em todas as organizações do Partido um debate sobre a situação actual, na base dos últimos documentos da direcção central.

O CC salientou a necessidade de melhorar o seu próprio trabalho colectivo, designadamente pela melhor preparação das suas reuniões.

Foi considerada muito positiva a capacidade de direcção revelada pelas Direcções das Organizações Regionais, assim como por outros organismos de direcção. O CC salientou entretanto a necessidade de um melhor funcionamento ou da criação de organismos de direcção, particularmente de localidades e empresas.

O CC assentou, em princípio, que o VIII Congresso do PCP se realize no 1.º semestre de 1976.

3. Quadros. O CC verificou, em correspondência com a expansão da organização, aumento considerável de quadros inteiramente dedicados à revolução e ao Partido. Verifica-se entretanto que, apesar do grande progresso da organização, esta se não desenvolve na medida das possibilidades em virtude da escassez de

quadros com experiência e preparação correspondente às tarefas que desempenham. O CC sublinhou também que há distorções a corrigir, designadamente na composição social de organismos intermédios que em alguns sectores não corresponde à composição social predominantemente proletária da base do Partido.

Foi considerada a necessidade de seleccionar, promover e preparar constantemente os quadros que revelam mais qualidades na actividade do Partido, nas organizações de massas e nas realizações revolucionárias do novo Portugal Democrático.

Sublinhou-se a importância não só da preparação política geral, como da preparação cultural de camaradas que não tiveram possibilidades de obter conhecimentos elementares, e de preparação técnica dos camaradas chamados a desempenhar funções que o exijam, designadamente no aparelho de Estado, em empresas sob controle ou direcção dos trabalhadores e nas cooperativas agrícolas e herdades colectivas. A falta de preparação especializada de quadros do Partido abre caminho a arrivistas e oportunistas que comprometem o êxito das realizações em que intervêm.

O CC tomou medidas correspondentes a estas necessidades, designadamente no que respeita a reuniões de quadros e a cursos.

4. Organização. O CC verificou que, apesar das dificuldades e perigos do processo revolucionário e da violenta ofensiva da reacção, a organização do Partido no seu conjunto mantém a tendência para expandir-se.

Continuam a verificar-se numerosas inscrições no Partido. O CC sublinhou a necessidade de integrar rapidamente na actividade os novos recrutamentos. O CC debruçou-se sobre a importância das organizações de base, anotando que muitas células de empresa, pela acuidade da luta política e da mobilização constante para tarefas políticas, desligaram-se das preocupações e problemas concretos imediatos dos tra-



A COERÊNCIA DO PCP NAS HORAS DECISIVAS

Os documentos do Comité Central do PCP emitidos desde o 25 de Abril de 1974 constituem uma firme e consequente resposta às diversas fases do processo revolucionário. Fiel aos princípios do marxismo-leninismo, o Partido Comunista Português é o mais intransigente defensor dos interesses das massas trabalhadoras

Partido da classe operária e das massas trabalhadoras, vanguarda revolucionária organizada do povo português na luta pelo pão, pela paz e pelo socialismo, o Partido Comunista Português, ao longo dos seus cinquenta e cinco anos de história, tem estado na primeira fila de combate contra os inimigos dos trabalhadores, contra os inimigos da nossa Pátria, contra os inimigos do povo. Ontem como hoje, na luta contra o fascismo, na luta pelas liberdades democráticas, na luta pela construção do socialismo, o PCP tem vindo a traçar, nas várias etapas da luta do povo português, as orientações mais correctas e adequadas ao momento, tendo sempre em conta as aspirações das amplas massas populares e a exacta determinação da correlação de forças em cada momento.

Maio de 1974 — para que, por toda a parte e a todos os níveis se multipliquem os laços de cooperação e ajuda mútua entre as massas populares e os militares. É de reforçar a cooperação, que se está a verificar em muitos aspectos, entre as forças democráticas e o Movimento das Forças Armadas, a confraternização da população com oficiais, soldados e marinheiros». E a resolução do Comité Central acrescentava: «Do reforço e da irreversibilidade desta aliança depende a vitória final da democracia em Portugal».

A reunião plenária do CC do PCP chamava a atenção para os perigos do oportunismo de direita, «que se manifesta na tendência para abandonar objectivos fundamentais do movimento democrático», e para o esquerdismo, «que se expressa sobretudo na impaciência que não tem em conta a correlação de forças e em atitudes e acções divisionistas e desagregadoras».

Ainda em 4 de Maio de 1974, o Comité Central do nosso Partido chamava a atenção para os perigos do oportunismo de direita, «que se manifesta na tendência para abandonar objectivos fundamentais do movimento democrático», e para o esquerdismo, «que se expressa sobretudo na impaciência que não tem em conta a correlação de forças e em atitudes e acções divisionistas e desagregadoras».

NO CAMINHO DA DEMOCRACIA E DA PAZ

Em 17 de Junho de 1974, o Comité Central do nosso Partido reuniu-se em sessão plenária e elaborou um documento intitulado «No Caminho da Democracia e da Paz», de balanço e análise ao momento político, e de definição das tarefas essenciais do momento.

UNIDADE DAS FORÇAS DEMOCRÁTICAS

Reunido em sessão plenária após as grandiosas manifestações do 1.º de Maio de 1974, o Comité Central do nosso Partido afirmava que «a unidade na acção e a organização da classe operária, das massas populares e das forças democráticas e a aliança das massas populares com as Forças Armadas continuam a ser condições essenciais para que possam ser liquidados os restos do fascismo, cortado o passo à contra-revolução, assegurados os resultados alcançados com o 25 de Abril e nos dias decorridos desde então, e conquistado finalmente um regime democrático».

«O PCP insiste — prosseguia a resolução do CC do nosso Partido de 4 de

apontavam-se como tarefas imediatas e fundamentais «a continuação do saneamento e do desmantelamento de todas as estruturas fascistas», a «institucionalização das liberdades e dos direitos dos cidadãos»,

des de conspiradores, o seu pronto castigo quando descobertos.

A determinado passo, o documento do Comité Central do nosso Partido então emitido afirmava: «A força motora da revolução

pela reacção, e para a situação existente em vastas regiões do País, «onde caciques reaccionários impedem pela intimidação e pela violência o exercício das liberdades democráticas».

DEFENDER AS NACIONALIZAÇÕES, REALIZAR A REFORMA AGRÁRIA

A derrota da tentativa de golpe militar contra-revolucionário em 11 de Março e as suas consequências foram examinadas na reunião plenária do Comité Central do Partido Comunista Português de 19 de Março de 1975.

O reforço do MFA e das forças progressistas, as novas e favoráveis perspectivas para o prosseguimento do processo revolucionário foram analisadas pelos camaradas do Comité Central do nosso Partido. Saliendo da derrota da tentativa contra-revolucionária se devia à decisão e firmeza do MFA e dos seus dirigentes e à corajosa, imediata, massiva e generalizada acção popular, o CC do PCP afirmava:

«Uma vez mais se mostrou na prática que a aliança Povo-Forças Armadas é um factor decisivo na defesa das liberdades, na luta contra a reacção e pelo desenvolvimento do processo revolucionário».

Saudando as históricas medidas de nacionalização da banca e das companhias de seguros, o Comité Central do Partido Comunista Português proclamava: «A nacionalização da banca e dos seguros decidida pelo Conselho Superior da Revolução abre caminho a uma transformação profunda da economia portuguesa, em que surgem, como marcos que se aproximam, uma política de desenvolvimento industrial ao serviço do País e do povo, a reforma agrária e uma reforma cultural».

«O Comité Central do PCP — finalizava a nota então emitida sublinha a necessidade do reforço da unidade das forças populares e democráticas e da aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas para assegurar a defesa das liberdades contra quaisquer tentativas da reacção, para instaurar um regime democrático e para construir uma sociedade que corresponda aos interesses, aspirações e objectivos do povo português».

REFORÇO DA ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE E DA ACÇÃO

Em 10 de Agosto de 1975 reuniu-se em Alhandra o Comité Central do nosso Partido para o exame da crise política e as tarefas do Partido dela decorrentes. De entre as resoluções tomadas destaca-se o «reforço urgente do MFA como movimento Revolucionário progressista e das suas estruturas de direcção».

Face à grave e profunda crise do processo revolucionário, o Comité Central do Partido Comunista Português apontava as tarefas imediatas que se colocavam ao poder e às forças revolucionárias: «assegurar o respeito pela ordem democrática e o exercício das liberdades em todo o território; reorganizar e sanear o aparelho de Estado garantindo a sua fidelidade à revolução; formar um sistema de poder que garanta centralização de decisões fundamentais, eficiência, capacidade operativa, autoridade e apoio popular».

Nessa sua reunião de 10 de Agosto, o Comité Central do PCP sublinhava, uma vez mais, a «importância do

reforço da organização, da unidade, da acção e da iniciativa da classe operária e das massas populares para a solução da crise actual».

SOLUÇÃO POLÍTICA PARA A CRISE

A 21 de Novembro, na sequência da suspensão de actividades do VI Governo Provisório, as grandes movimentações populares então realizadas, reuniu-se uma vez mais em sessão plenária, o Comité Central do nosso Partido.

Apenas a quatro dias dos acontecimentos de 25 de Novembro, o Comité Central do nosso Partido continuava a pronunciar-se «firmemente por uma solução política e não por actuações consideradas que criem condições favoráveis para um golpe de força de direita».

Na declaração do Comité Central então emitida, o PCP apelava, novamente, «para um sério esforço pela reunificação do MFA numa base progressista, pelo reforço das tendências revolucionárias no Conselho da Revolução». O PCP apelava, igualmente, «para o

reforço da unidade de acção dos partidos progressistas, dos sindicatos e outras organizações de massas, das organizações unitárias de base dos trabalhadores e das populações».

Nesse seu documento, o nosso Partido considerava que «o caminho da superação da crise nas forças armadas continua a ser a reunificação das tendências progressistas do MFA e o

ONTEM COMO HOJE, NA DEFESA DO NOSSO POVO

Ontem como hoje, fiel à sua política de defesa dos interesses dos trabalhadores, o Partido Comunista Português continua a considerar tarefa prioritária a defesa das liberdades e das

Avante! Proletários de todos os países: UNI-VOS! Documento do Comité Central do PCP

NO CAMINHO DA DEMOCRACIA E DA PAZ

Em 17 de Junho de 1974, o Comité Central do nosso Partido reuniu-se em sessão plenária e elaborou um documento intitulado «No Caminho da Democracia e da Paz», de balanço e análise ao momento político, e de definição das tarefas essenciais do momento.

o «apressamento do processo de negociações que conduza ao fim da guerra colonial», o «melhoramento das condições de vida das classes trabalhadoras».

O PCP afirmava então: «A batalha pela consolidação das liberdades exige firmeza na defesa das posições essenciais e elevada consciência política e cívica no uso da liberdade».

Analisando as actividades contra-revolucionárias, o CC do nosso Partido considerava que «no momento em que, para assegurar a democratização da sociedade portuguesa, é, mais do que nunca, necessária a unidade de todas as forças interessadas nesse processo, ataques ao PCP visam, não apenas atingir o Partido, mas pôr em causa o regime instaurado pelo 25 de Abril. O anticomunismo e os ataques ao PCP são, em si mesmos, ataques às liberdades e ao curso democrático».

O reforço da unidade da classe operária e das massas trabalhadoras, o reforço da unidade das forças democráticas e o reforço da aliança do movimento popular com as Forças Armadas eram, igualmente, consideradas condições essenciais para o prosseguimento do processo de democratização.

ALIANÇA DO MOVIMENTO POPULAR COM O MFA

Entretanto, a reunião plenária do Comité Central do Partido Comunista Português, de 6 de Outubro de 1974, resolvia convocar para o dia 20 de Outubro um Congresso Extraordinário do PCP, tendo como ponto único da ordem de trabalhos a discussão e aprovação de modificações ao Programa e Estatutos do Partido, «tendo em conta a nova situação política existente em Portugal após o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes».

A reunião plenária do CC do PCP, realizada em 26 de Janeiro deste ano considerava como os grandes problemas de então «o reforço do estado democrático para assegurar a defesa das conquistas democráticas já alcançadas e a irreversibilidade do processo revolucionário». Continuando a alertar as massas trabalhadoras para os perigos da reacção, o CC do nosso Partido apelava para a vigilância popular, a detecção e a denúncia das activi-

democrática portuguesa tem duas componentes: o movimento popular e democrático e o Movimento das Forças Armadas. Consideradas como complementares e inseparáveis, nenhuma destas duas componentes poderia, por si só, assegurar o processo democrático.

Em 26 de Janeiro de 1975, o nosso Partido, através do seu Comité Central afirmava que «a classe operária pela sua natureza revolucionária, pela sua consciência de classe, pelo elevado grau da sua combatividade e organização, desempenha um papel determinante, impulsionador de todo o movimento popular».

Consequente com a política de unidade e de alianças, o PCP proclamava igualmente que «o movimento popular abrange também o campesinato, os pequenos e médios comerciantes e industriais, os artesãos, os intelectuais». E afirmava: «A cooperação e a unidade de acções dos partidos democráticos é um dos aspectos essenciais do movimento popular e democrático».

A política intransigente de defesa dos trabalhadores e das amplas massas populares era consubstanciada na afirmação de que «o PCP lutará firmemente para que no Portugal democrático de amanhã sejam reconhecidas e respeitadas as mais amplas liberdades».

CONTRA O ANTI-COMUNISMO

A reunião plenária ampliada do Comité Central do nosso Partido efectuada em 2 de Março de 1975 destinou-se a examinar as questões relativas às eleições para a Assembleia Constituinte. Apresentando e divulgando o nome dos 247 candidatos comunistas, o CC do PCP afirmava:

«Os candidatos são uma viva expressão da história, da luta, da natureza de classe e da influência de massas do PCP. A par das grandes e gloriosas tradições da luta do tempo do fascismo, representadas por numerosos quadros experimentados nas duras condições de clandestinidade, estão representadas as novas gerações de lutadores forjados nas lutas de massas após o 25 de Abril».

Nessa altura, o CC do PCP alertava, novamente, para os perigos da campanha anticomunista conduzida

Avante! Proletários de todos os países: UNI-VOS!

CANDIDATOS COMUNISTAS DEPUTADOS DO POVO



prosseguimento da sua política de vanguarda na base da luta contra a direita reaccionária e numa plataforma que assegure uma vida democrática, a defesa das conquistas da revolução e o caminho para socialismo».

Avante! Proletários de todos os países: UNI-VOS!

REUNIÃO DO COMITÉ CENTRAL



SOLIDARIEDADE

O Comité Central apela para um poderoso movimento de solidariedade para com as organizações e militantes das zonas afectadas pela vaga terrorista da reacção

ALVARO CUNHAL

MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA

K. Marx - F. Engels

RECOMENDAM

NO NATAL OFERECE LIVROS

Visita na Avenida da Liberdade n.º 170 em Lisboa a grande EXPOSIÇÃO-VENDA

edições Avante!

Avante! Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O PCP E O MOMENTO POLÍTICO

1.º ENCONTRO NACIONAL UEC COM A CLASSE OPERÁRIA LIBERDADE E SOCIALISMO

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DO COMITÉ CENTRAL

1.º ENCONTRO NACIONAL UEC COM A CLASSE OPERÁRIA LIBERDADE E SOCIALISMO

CONFERÊNCIA NACIONAL UNITÁRIA DE TRABALHADORES